



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO**  
Praça Santos Sobrinho, 246 – Centro – São Francisco/SE  
CEP.: 49945-000 – TEL.: (79) 3367-1180 - CNPJ: 13.118.435/0001-87  
E-mail: [sec.gabinete@saofrancisco.se.gov.br](mailto:sec.gabinete@saofrancisco.se.gov.br)

000155

## **PARECER JURÍDICO Nº 07/2023**

**Assunto:** Minuta de Contrato.

**Consulente:** Prefeitura Municipal de São Francisco/SE.

**Inexigibilidade de Licitação nº 07/2023 – COSTA & SOUZA  
ADVOGADOS**

**Objeto:** Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica, relativos ao patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas na área de Direito Tributário.

**EMENTA - ADMINISTRATIVO -  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO -  
CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE CONSULTORIA E  
ASSESSORIA NA ÁREA DE DIREITO  
TRIBUTÁRIO.**

### 1. Relatório

Consulta-nos o Município de São Francisco/SE, acerca da viabilidade da minuta contratual para contratação de empresa prestadora de serviços advocatícios.

Pretende a Administração, para consecução de tal mister, inexigir a licitação, fulcrado no artigo 13, III e V c/c artigo 25, II do Estatuto Federal das Licitações.

Aos autos foram anexados documentos de constituição da Empresa, certidões negativas atestando sua

17



regularidade fiscal, bem como aqueles que demonstram sua experiência anterior na área onde pretende atuar.

Posteriormente, os autos vieram a esta Assessoria Jurídica Municipal por forma do art. 38, inciso IV e Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93.

O que impende relatar.

## 2. Fundamentação

O presente parecer está adstrito aos aspectos legais envolvidos no procedimento trazido a exame, bem como é o caso de inexigibilidade de licitação, contudo esta assessoria jurídica não adentrará em aspectos técnicos, bem como o juízo de conveniência e oportunidade na contratação pretendida.

Inicialmente convém deixar clarividente que, salvo exceções, a administração pública, quando contrata com particular, deve fazê-lo através de torneio público, com a finalidade de escolher a proposta mais vantajosa.

Pois bem. Para análise do presente procedimento, mister se faz frisar que há casos em que o procedimento licitatório prévio pode ser mais nocivo ao interesse público do que sua efetiva realização, seja pela demora do procedimento, seja pela inconveniência ou impossibilidade de realização do certame, dentre outros.